



Projeto de Lei n.º 17, de 24 de junho de 2019.

Aprovado em 1ª Votação
Sessão de dia 28/06/19
[assinatura]
1º Secretário

Aprovado em 2ª Votação
Sessão de dia 28/06/19
[assinatura]
1º Secretário

Dispõe sobre autorização para desconto nas alienações onerosas de regularização fundiária, conforme preceitua a Lei n.º 332/10, de 25 de fevereiro de 2010, que “Cria o Programa Habitacional e de Regularização Fundiária”, na forma que menciona e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FORMOSA**, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição da República e pela Lei Orgânica do Município, encaminha a seguinte proposta de lei:

Art. 1º - Fica autorizada para as alienações onerosas de imóveis públicos, nos casos específicos de regularização fundiária, no Município de Formosa, nos termos da Lei n.º 332/2010, a concessão de desconto de 40% (quarenta por cento) para pagamento parcelado em até 10 (dez) meses, e concedido o desconto de 60% (sessenta por cento) para pagamento à vista, ambos sobre o valor da avaliação que terá por base a Tabela de Valores Genéricos dos Terrenos por m² para cálculo do IPTU e ITBI.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Formosa – GO, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho do ano de 2019.

[assinatura]
Gustavo Marques de Oliveira
Prefeito Municipal



Projeto de Lei n.º 17, de 24 de junho de 2019.

Justificativa

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

O projeto de lei que encaminhamos para apreciação e votação dessa ilustre Câmara Municipal dispõe sobre autorização legislativa de desconto para as alienações onerosas de regularização fundiária, conforme preceitua a Lei n.º 332/10, de 25 de fevereiro de 2010, que “Cria o Programa Habitacional e de Regularização Fundiária”, na forma que menciona e dá outras providências, com a finalidade de viabilizar a regularização fundiária do Município.

A lei n.º 332/2010 criou o programa habitacional e de regularização fundiária, com requisitos específicos e restritos. Sendo que, em seu artigo 4º autorizou a realização de alienações gratuitas **ou onerosas** mediante decreto.

No entanto, para fins de efetivação da medida, em relação as alienações onerosas, deve-se autorizar a concessão dos referidos descontos, no intuito de ampliar a sua abrangência, isso porque são muitos os interessados em efetuarem a regularização do imóvel público onde mantém posse e construção há muitos anos, através de compra.

Deve ser ressaltado que, são inúmeros os casos em que o interessado desiste de fazer a regularização do seu imóvel, em razão do preço de tabela do imóvel, bem como a forma de pagamento à vista. O que inviabiliza a regularização, e consequentemente a redução da arrecadação municipal, uma vez que essas áreas não recolhem IPTU, bem como, em caso de vendas, não recolhem o ITBI. O que prejudica demasiadamente a arrecadação tributária.

Para tanto é necessário autorizar o parcelamento da compra, bem como a concessão de desconto, ressalvado que serão concedidos somente para os casos de regularização fundiária, em áreas já construídas, conforme define a Lei n.º 332/2010.

Estamos certos da cooperação dessa ilustre Casa de Leis, sempre presente em tudo que diz respeito aos interesses superiores do Município, com objetivo de colocar em prática este



Projeto de Lei n.º 17, de 24 de junho de 2019.

mecanismo legal de aumento de arrecadação municipal através do incentivo para as alienações onerosas de imóveis públicos com o fim específico de regularização fundiária.

Gabinete do Prefeito Municipal de Formosa – GO, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho de 2019.


Gustavo Marques de Oliveira
Prefeito Municipal